



PROCESSO nº 15.294/2018 - PMM

MODALIDADE: Pregão (SRP) nº 021/2018 - CPL/PMM (Forma Presencial)

INTERESSADO: Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá - SSAM

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de máquinas roçadeiras (Marca STHIL) para os setores de limpeza urbana e rural do município de Marabá-Pa

RECURSO: Erário Municipal

PARECER nº 672/2018 – CONGEM-GAB

1. INTRODUÇÃO

Vieram os presentes autos para análise por esta Controladoria, versando sobre procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO (SRP) nº 090/2018–CPL/PMM (Processo nº 15.294/2018 - PMM)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, requerido pelo **Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá – SSAM**, tendo como *objeto registro de preços para eventual aquisição de máquinas roçadeiras (Marca STHIL) para os setores de limpeza urbana e rural do Município de Marabá.*

O processo em epígrafe encontra-se autuado, protocolado e numerado até a folha 379, em 02 (dois) volumes.

Passemos aos fundamentos.

2. DA FASE INTERNA

Os processos administrativos deverão ser autuados, protocolados, rubricados coma indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à



licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93, conjuntamente com o art. 3º, inciso I da Lei 10.520/2002, que especifica a fase preparatória do pregão.

No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo nº 15.294/2018 – PMM observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias, conforme se observa no relato acima.

2.1. Da Análise Jurídica

No que tange ao aspecto jurídico e formal da Minuta do Edital e Contrato, a Procuradoria Geral do Município manifestou-se, mediante Parecer s/nº 2018 – PROGEM às fls. 133-138, emitido em 27/08/2018, atestando a legalidade dos atos praticados até o momento e posicionando-se favoravelmente ao prosseguimento do feito.

Atendidas, dessa forma, as disposições contidas no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

2.2. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Compromisso

Consta nos autos a solicitação do objeto, elaborado pelo Diretor Presidente do Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá – SSAM, Sr. Múcio Eder Andalécio (fls. 02-03).

Foram apresentadas, a Justificativa para Contratação (06-09), Justificativa para Adoção da Modalidade Pregão Presencial (fls. 55-56) e Justificativa em Consonância com o Planejamento Estratégico (fls. 59-61), todas subscrita pelo Diretor Presidente do Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá, nos termos do Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 8º, III, “b”.

A Autoridade Competente autorizou a abertura do processo licitatório, conforme Termo de Autorização às fl. 26 subscrita pelo Diretor Presidente do Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá.

O Termo de Referência foi apresentado às fls. 69-73, contendo objeto, metodologia, estimativa, especificações do produto, quantidade de cada item, obrigações da contratante, prazo de entrega, prazo de substituição/garantia, forma de pagamento, vigência da Ata, vigência da Ata de Registro de Preços, vigência do contrato, considerações finais, critério de julgamento sanções, subscrito pela autoridade competente da SSAM.



Consta nos autos o Termo de Compromisso e responsabilidade, devidamente assinado pelo servidor indicado à fl. 55, a saber, o Sr. Odilon Cerqueira Leite – Portaria nº 3.109/2017 – GP.

Os preços utilizados como referência e para aferição da vantajosidade foram obtidos através da pesquisa de preço junto as empresa locais, conforme cotação de 03 (três) empresas juntada às fls. 44, 46, e 48, bem como pesquisa de preços realizada em Banco de Dados oficial (fl. 76), conforme solicitado pela Comissão de Licitação às fl. 65-67, considerando a orientação dada pela 6ª Controladoria do TCM/PA.

Ademais, foi apresentada Planilha de Preço Médio à fl. 75 dos autos, a partir da qual foi elaborado o Anexo II – Objeto – Especificação do Objeto – Relação de itens (anexada ao Edital), à fl. 166 dos autos, que indicam os preços unitários e globais com todos os custos, resultando no valor global do certame estimado de R\$ 429.200,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos reais).

2.3. Do Edital

O edital definitivo (fls. 139-181) do processo em análise consta devidamente datado, rubricado e assinado pela autoridade que o expediu, conforme o artigo 40, §1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece.

Art. 40. § 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados. (Grifo Nosso).

2.4 Da Dotação Orçamentária

No tocante à dotação orçamentária prevista para a despesa, consta dos autos Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira à fl. 62 e Extrato/Saldo da Dotação Orçamentária às fls. 63-64, ambas subscritas pelo respectivo Ordenador de Despesas referente ao exercício do ano corrente.

Foi apresentado Parecer Orçamentário nº 660/2018-SEPLAN (fl. 54), pelo que restou devidamente demonstrada a indicação das seguintes rubricas, pelas quais correrá a despesa decorrente da futura contratação:

112701.15.451.1116.2.123 – Manutenção dos Serviços Urbanos;
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.



Todavia, conforme estabelece o Decreto nº 347/2013, no art. 7º, §2º, em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a comprovação da dotação orçamentária só será exigida para formalização do contrato, embora tenha sido acostada às fls.63-64.

3. DA FASE EXTERNA

A fase externa da licitação, por sua vez, inicia-se com a publicação do instrumento convocatório. Essa fase é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.

Assim, após conclusos os procedimentos iniciais do certame, foram realizadas seguintes publicações:

MEIO DE PUBLICAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	DATA ANUNCIADA PARA O CERTAME	OBSERVAÇÕES
Diário Oficial do Estado – IOEPA	29/08/2018	12/09/2018	Aviso de Licitação (fl. 182)
Jornal da Amazônia	29/08/2018	12/09/2018	Aviso de Licitação (fl. 183-184)
Diário Oficial dos Municípios – FAMEP	29/08/2018	12/09/2018	Aviso de Licitação (fl. 185)
Portal da Transparência	29/08/2018	12/09/2018	Aviso de Licitação (fl. 188-189)
Mural dos Jurisdicionado TCM – PA	-----	12/09/2018	Aviso de Licitação (fl. 190-191)

Após a devida publicação do instrumento convocatório, este foi objeto de impugnação (fls. 193-sem paginação de folhas) pela empresa ALVORADA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, o qual foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação da PMM, que, por sua vez, enviou ao Serviço de Saneamento Ambiental – SSAM (fl. 196), tendo sido respondido ao pleito impugnatório às fls. 198-203, conhecendo o recurso e **negando-lhe provimento**. Portanto, como não houve alteração no instrumento convocatório, foi mantida a data designada para o certame, **qual seja dia 12/09/2018 às 09h00min.**

A data de efetivação dos atos satisfaz ao prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da data da divulgação do edital (nos meios oficiais) e a data da realização do certame, conforme Lei nº 10.520/02 regulamentadora da modalidade de licitação denominada Pregão.



Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

3.1. Da Sessão

Conforme consta da Ata da Sessão do Pregão de fls. 367-369, o certame teve início em 12/09/2018 às 09h00min, sendo registrado o comparecimento das seguintes empresas: 01 – ARAUTO MOTOS LTDA; 02 – FABRO E VIDAL LTDA. Foi Registrado o comparecimento da empresa CASA DA ROÇA, porém não apresentou documentos para credenciamento, em especial a Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, restando impossibilitada de participar do certame, pelo que não foi recebido os envelopes de Propostas Comercial e Documentos de Habilitação. A referida empresa foi informada pela Comissão que poderia permanecer na sessão na condição de ouvinte, contudo a representante da empresa se retirou da sala de reuniões.

Após, foi realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS como condição prévia à participação no certame em nome das empresas e dos sócios majoritários, não sendo constatada nenhuma sanção em nome das empresas licitantes.

Ato contínuo, o pregoeiro requereu aos participantes que rubricassem os fechos de todos os envelopes com o intuito de verificar que todos estavam devidamente lacrados.

Por conseguinte, foram solicitados os documentos originais de credenciamento para autenticação das cópias simples apresentadas. Após a análise da documentação pela Comissão, foi facultado aos participantes darem vistas e rubricas nos documentos, onde todos fizeram uso deste direito, não havendo nenhuma manifestação. Todas as empresas participantes foram declaradas credenciadas, tendo em vista o cumprimento das condições editalícias.

O pregoeiro informa que empresa ARAUTO MOTOS LTDA participa do certame na condição de grande empresa, e a empresa FABRO E VIDAL LTDA - EPP participa do certame na condição de Microempresa, podendo usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, qual seja, das prerrogativas legais referente aos benefícios das ME's e EPP's.

Após, foram abertos os envelopes das propostas, sendo que o Pregoeiro e sua equipe de apoio realizaram análise e classificação das propostas, o que também foi facultado aos representantes das empresas darem vistas nos documentos, sendo que todos fizeram uso desse direito. Em seguida, o Pregoeiro informou que todas as propostas foram classificadas, ressalvando que a empresa ARAUTO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – CONGEM



MOTOS LTDA não participará do item 02, visto que é cota reservada para participação exclusiva para ME/EPP.

Após, iniciou-se a fase de lances, havendo sido registrados os menores valores para as arrematantes, conforme consta no Anexo da Ata da Sessão do Pregão, às fls. 370-371 dos autos e segue especificado abaixo:

EMPRESAS	ITENS	VALOR UNITÁRIO
<u>ARAUTO MOTOS LTDA</u>	01	R\$ 1.890,00
	02	Participação Exclusiva <u>ME/EPP</u>
<u>FABRO E VIDAL LTDA - EPP</u>		
	01	Declinou
	02	R\$ 2.040,00

Ato contínuo, o Pregoeiro informou que foi realizada autenticidade dos documentos de habilitação das empresas arrematantes, como praxe da CPL/PMM, nos respectivos sites e facultou aos representantes das empresas arrematante dos itens do certame, a oportunidade de vistas aos documentos de habilitação, onde todas fizeram uso de seu direito.

Após análise dos documentos de Habilitação, o Pregoeiro constatou que a empresa ARAUTO MOTOS LTDA apresentou o índice de Liquidez Geral abaixo de 1, porém, verificamos que o patrimônio líquido é superior a 10% do estimado da contratação, nos termos do Item 6.1, III, "OBS. 1" do Edital.

Diante do exposto, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com base na análise dos documentos de habilitação das empresas licitantes participantes, declarou as empresas ARAUTO MOTOS LTDA e FABRO VIDAL LTDA – EPP habilitadas, por terem atendidos às condições editalícias.

Após o pregoeiro questionou aos representantes das empresas presentes se os mesmos teriam a intenção de recorrer de sua decisão, ficando desde já aberto o momento para os mesmo apresentarem, tendo os mesmos abdicados, pelo que não houve qualquer manifestação.

Ademais, conforme estabelecido no subitem 5.4 do Edital deverá as empresas licitantes declaradas vencedoras apresentar nova proposta escrita no valor vencedor, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

Não havendo mais nada a declarar, o Pregoeiro e equipe de apoio declararam encerrados os trabalhos.

4. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – CONGEM



Da análise dos valores das propostas vencedoras, constatou-se que foram aceitos pela CPL/PMM, após proposta final, conforme tabela a seguir exposta:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Preço arrematado Unitário (R\$)	Preço estimado unitário (R\$)	Preço arrematado Global (R\$)	Preço estimado Global (R\$)	Empresa vencedora	Tipo de participação
01	Maquina roçadeira STIHL FS 220 - Sistema Antivibratório, facil utilização, abertura de tampas, sem necessidade de equipamentos, filtros de ar, potência mínima 1.7 KW, cilindrada mínima 35 (CM³ centímetros cúbicos), rotação mínima de 2.800 RPM, capacidade mínima do tanque de combustível: 0.58lts, cabeçote com fio de náilon	150	UND.	1.890,00	2.146,00	283.500,00	321.900,00	ARAUTO MOTOS LTDA	Participação aberta
02	Maquina roçadeira STIHL FS 220 - Sistema Antivibratório, facil utilização, abertura de tampas, sem necessidade de equipamentos, filtros de ar, potência mínima 1.7 KW, cilindrada mínima 35 (CM³ centímetros cúbicos), rotação mínima de 2.800 RPM, capacidade mínima do tanque de combustível: 0.58lts, cabeçote com fio de náilon	50	UNID	2.040,00	2.146,00	102.000,00	107.300,00	FABRO E VIDAL LTDA - EPP	Item participação exclusiva ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 429.200,00									
VALOR TOTAL ARREMATADO R\$ 385.500,00									

5. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014

De acordo com a redação antiga do art. 47 da LC 123/2006, nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderia ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresa e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

A LC nº 147/2014, promoveu alterações substanciais na LC nº 123/2006, sobretudo quando torna obrigatório (na redação original da LC nº 123/2006 era faculdade) a inclusão nos editais de licitações a reserva ou exclusividade para ME e EPP de itens de até R\$ 80.000,00 (art. 48, I), sendo essa reserva cota de 25%.



Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (grifamos)

No caso do processo ora apresentado foi exercido o artigo acima mencionado, havendo exclusividade de participação de ME/EPP para o item de até R\$ 80.000,00 (inciso I).

6. DEMAIS OBSERVAÇÕES

O valor global estimado da licitação correspondia à quantia de R\$ 429.200,00 (Quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos reais).

A licitação resultou no valor global de R\$ 385.500,00 (Trezentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Quanto à documentação de Credenciamento e Habilitação das empresas, respectivamente, FABRO E VIDAL LTDA - EPP (fls. 209-240) e (fls. 276-330) e ARAUTO MOTOS LTDA (fls. 241-256) e (fls. 332-366) confirmou-se que essas atenderam às exigências do edital.

Ademais, foi observado que não consta paginação do processo após a folha 195 dos autos, pelo que recomendamos que seja feita a paginação após a folha em comento, e correção das folhas subsequentes, para fins de regularidade processual.

7. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A comprovação de Regularidade Fiscal é pré-requisito para celebração de contratos com a Administração Pública. Avaliando a documentação apensada, a regularidade fiscal e trabalhista das empresas FABRO E VIDAL LTDA - EPP e ARAUTO MOTOS LTDA restaram comprovados, conforme certidões e documentos, respectivamente, às fls. 288-299 e fls. 337-344.

Foram juntadas as confirmações de autenticidade das certidões das empresas supracitadas respectivamente às fls. 323-328 e às fls. 358-366. Por outro lado, não foi apresentada a autenticidade da



Certidão Negativa de Natureza Tributária da empresa FABRO E VIDAL LTDA - EPP, pelo que recomendamos que seja feita a juntada deste documento para fins de regularidade processual.

Por fim, conta nos autos o comprovante da consulta ao Cadastro das Empresas Inidôneas – CEIS das empresas arrematantes às fls. 223-225 e 254-255. .

8. PARECER DA AUDITORIA CONTÁBIL

Quanto à documentação de Qualificação Econômico-financeira, segue em anexo os Pareceres de Auditoria Contábil nº 542 e nº 543/2018-CGM, realizado nas demonstrações contábeis das empresas FABRO E VIDAL LTDA - EPP e ARAUTO MOTOS LTDA, as quais atestam que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas Auditadas referente ao exercício findo em 31/12/2017, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

Em obediência a Constituição e a lei citada acima, que regula a licitação, diz que todo processo decisório é de inteira responsabilidade dos representantes da Comissão de Licitação.

9. DA PUBLICAÇÃO

No que concerne quanto à publicação, aponta-se a norma entabulada por meio do Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

10. DO PRAZO DE ENVIO AO MURAL DOS JURISDICIONADOS (TCM-PA)

No que diz respeito aos prazos de envio das informações ao Mural dos Jurisdicionados, deve se observar os prazos estabelecidos no Artigo 6º da Resolução nº 11.535 TCM/PA de 01 de junho de 2014.

11. CONCLUSÃO

Ante o exposto, à vista dos apontamentos acima, recomendamos a adoção das seguintes providências:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – CONGEM



- a) Proceda-se a paginação processual após a fl. 195 e correção das subseqüentes, para fins de regularidade processual;
- b) Seja comprovada a autenticidade da Certidão Negativa de Natureza Tributária da empresa FABRO E VIDAL LTDA - EPP e juntada aos autos para fins de regularidade processual.
- c) Salientamos que à data da celebração dos respectivos pactos contratuais deverá ser realizada nova consulta quanto à validade das certidões da empresa vencedora, a fim de que as futuras contratações se deem em observância aos preceitos legais vigentes, relativamente à manutenção das condições de habilitação pela contratada.

Ante o exposto, **desde que cumpridas às recomendações**, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do feito, que poderá prosseguir o presente certame para fins de divulgação do resultado, homologação pela autoridade competente e formalização do contrato e da Ata de Registro de Preços, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural do Jurisdicionados TCM/PA.

Marabá/PA, 25 de setembro de 2018.

FRANKLIN CARNEIRO DA SILVA
Controlador Geral do Município de Marabá
Portaria nº 396/2018-GP

À CPL/PMM, para conhecimento e adoção das providências subseqüentes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – CONGEM



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

O Sr. **FRANKLIN CARNEIRO DA SILVA**, responsável pelo Controle Interno do Município de Marabá, nomeado nos termos da Portaria n° 396/2018-GP, declara, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11 da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o PROCESSO N° 15.294/2018-PMM, referente ao PREGÃO (SRP) n° 090/2018 – CPL/PMM (Forma Presencial), tendo por objeto o registro de preço para eventual aquisição de máquina roçadeiras (Marca STHIL) para os setores de limpeza urbana e rural do município de Marabá-PA, requerido pelo Serviço de Saneamento Ambiental - SSAM, no município de Marabá, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Marabá-PA, 21 de setembro de 2018.

Responsável pelo Controle Interno:

FRANKLIN CARNEIRO DA SILVA
Controlador Geral do Município
Portaria n° 396/2018-GP